Sínodo da Amazônia (III)

**DA ESCUTA À CONVERSÃO INTEGRAL**



Agenor Brighenti

Da escuta à conversão integral é o tema do Capítulo I do Documento Final do Sínodo da Amazônia. A escuta dos povos da região, tanto no processo de preparação do Sínodo como em sua realização, teve como objetivo discernir das interpelações do Espírito, que chegam pelo clamor de uma região atacada pela cobiça de uma “economia que mata”. Para o Papa Francisco, é para escutar a Deus escutando o povo e responder aos seus apelos, como Igreja, discípulos de Jesus Cristo, que “aponta para a Amazônia” (Paulo VI). Como o Espírito “faz novas todas as coisas” (Ap 21,5), seu apelo é por uma “conversão integral”, que abarca tudo e a todos. O Papa, na abertura dos trabalhos, falava da necessidade de o Sínodo abranger quatro dimensões: a dimensão pastoral, a dimensão cultural, a dimensão ecológica e a dimensão sinodal. Distintas dimensões de uma necessária mudança no ser e no fazer da Igreja como um todo, que abarca mentalidades, ações, relações e estruturas. O Documento Final recolhe as quatro dimensões na exigência de quatro conversões: a conversão pastoral, a conversão cultural, a conversão ecológica e a conversão sinodal, dedicando um capítulo a cada uma delas.

*As quatro dimensões da conversão integral*

Quatro dimensões, que levam a quatro conversões convergentes em uma “conversão integral”, acenam para uma Amazônia, muito mais do que uma região ou um bioma. A Amazônia é um sujeito social e eclesial que, na atualidade, brada aos céus e interpela toda a humanidade. Povos indígenas e natureza constituem dois “paradigmas”, a serem levados em conta tanto na evangelização como em toda e qualquer iniciativa privada ou pública. A Amazônia, enquanto povos e natureza, apresenta a questão do “outro”, seja ele do ponto de vista étnico, seja do ponto de vista ecológico. Do ponto de vista étnico, está o direito à identidade cultural e religiosa, tão pouco levada em conta na evangelização do passado, assim como na vida econômica, social e política de ontem e de hoje. Do ponto de vista ecológico, a crise atual faz irromper a questão do planeta como sujeito de direitos, diante de uma economia de rapinagem, irresponsável para com as gerações futuras. O “outro”, quando entendido como mero objeto ou prolongamento de um “eu” que se acha superior e dominador da natureza, leva a posturas colonizadoras e predatórias, tal como atestam práticas eclesiais e sociais do passado e do presente. Já o “outro” visto como “diferente”, torna-se instância de admiração, cuidado, interrelação respeitosa, complementariedade e instância ética, de responsabilidade.

*A ecologia como paradigma na evangelização*

Segundo o documento final do Sínodo, em seu capítulo primeiro, olhada com olhos de respeito e apreço pela alteridade, a Amazônia irrompe como “vida inserida, ligada e integrada ao território, como espaço físico, vital e nutricional, possibilidade, sustento e limite da vida”. Uma região “essencial para a distribuição das chuvas nas regiões da América do Sul e contribui para as grandes correntes de ar ao redor do planeta” (n. 6). Nesta região, “água e a terra alimentam e sustentam a natureza, a vida e as culturas de inúmeras comunidades indígenas, camponesas, afrodescendentes (quilombolas), caboclos, assentados, ribeirinhos e habitantes dos centros urbanos”. Frisa que na região amazônica, “o ciclo da água é o eixo que interliga ecossistemas, culturas e o desenvolvimento do território” (n. 7). Os rostos que caracterizam a Amazônia são diversos. É “uma realidade pluriétnica e pluricultural”, historicamente cenário de “encontros e desencontros” (n. 8), o que não impediu que os povos indígenas buscassem “a vida em abundância” em um modelo de vida, denominado “bom viver”. Trata-se de “viver em harmonia consigo mesmo, com a natureza, com os seres humanos e com o ser supremo” [...], “onde não há exclusão nem excluídos, e onde podemos forjar um projeto de vida plena para todos”, expressão da “realização plena das Bem-aventuranças” (n. 9).

Entretanto, a mesma Amazônia, segundo o documento final do Sínodo, quando olhada com responsabilidade e compaixão, é também “uma beleza ferida e desfigurada, um lugar de dor e violência”, aonde “os ataques à natureza têm consequências para a vida dos povos”. A escuta pré-sinodal constatou “uma crise socioambiental única”, que tem subjacentes “interesses econômicos e políticos dos setores dominantes, com a cumplicidade de alguns governantes e algumas autoridades indígenas”. Os mais prejudicados “são os setores mais vulneráveis, crianças, jovens, mulheres e a irmã mãe-terra” (n. 10). Dados científicos alertam “para os riscos do desmatamento”, que já atinge quase 17% do total da floresta amazônica” ameaçando “a sobrevivência de todo o ecossistema, colocando em perigo a biodiversidade e mudando o ciclo água, vital para a sobrevivência da floresta tropical” (n. 11). Situação que tem gerado migrações como: a “dos povos indígenas em territórios de circulação tradicional, separados por fronteiras nacionais e internacionais”; a “de grupos indígenas, camponeses e ribeirinhos às áreas mais pobres e periféricas das cidades”; e a “de refugiados, obrigados a deixar seus países (n. 12). Está presente também “a feminização da migração que torna milhares de mulheres vulneráveis ao tráfico humano, uma das piores formas de violência e uma das mais perversas violações dos direitos humanos” (n. 13).

Assumir a ecologia como paradigma implica uma conversão que integre o cuidado da Casa Comum na missão evangelizadora da Igreja, exigindo uma pastoral da ecologia, que anime e dinamize o compromisso cristão com a salvação do planeta, berço da vida humana e seus ecossistemas.

*Os indígenas como paradigma na evangelização*

Para o Sínodo da Amazônia, fazendo memoria do processo de evangelização na região, do “clamor do território e do grito dos povos”, impõe-se a necessidade de superar todo resquício de mentalidades e práticas colonizadoras. “A colonização militar, política e cultural”, “marcada pela ganância e ambição dos colonizadores”, foram “abusos que causaram feridas nas comunidades e obscureceram a mensagem da Boa Nova”. É preciso reconhecer que “frequentemente o anúncio de Cristo se realizou em conivência com os poderes que exploravam recursos e oprimiam as populações”. Felizmente, em contrapartida, também “houve muitos missionários que deram suas vidas para transmitir o Evangelho”. É hora, pois, da Igreja “se diferenciar das novas potências colonizadoras, escutando os povos amazônicos para exercer com transparência sua atividade profética” (n. 15). Referencial importante para a mudança de paradigma na evangelização são os mártires da Amazônia, que escreveram “uma das páginas mais gloriosas” da Igreja na região. Neles, a Igreja hoje “reconhece, com admiração, aqueles que lutam, com grande risco de vida, para defender a preservação deste território” (n. 16).

Assumir os povos indígenas como paradigma implica a defender a identidade cultural dos povos nativos e a aprender deles e com eles como viver as bem-aventuranças de uma relação harmoniosa das criaturas com a Criação e o Criador, em uma sobriedade feliz – o “bem viver”.